



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

CONSÓRCIO DOUTORAL

ISSN 1983-6783

MEMÓRIAS DA ESCURIDÃO: NARRATIVAS DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO RS A RESPEITO DA REDEMOCRATIZAÇÃO E DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Ânia Chala, Cleusa Maria Gomes Graebin
Centro UniLaSalle

Resumo

Pesquisa da memória coletiva de docentes de História sobre a redemocratização¹ do país (1979-1985), por meio de entrevistas de história oral, análise de livros didáticos e contextualização político-social da época. A hipótese inicial supõe problemas no enquadramento da memória da ditadura.

Palavras-chave: memória coletiva, ensino de História, redemocratização, ditadura brasileira

Área Temática: Ciências socialmente aplicáveis

1. Introdução - Propósito central do trabalho

Nos meses de março e abril de 2015, quando milhares de pessoas saíram às ruas das capitais brasileiras para protestar contra o governo federal, um fenômeno chamou a atenção: o número expressivo de manifestantes que, portando cartazes e gritando palavras de ordem, pedia a volta de uma intervenção militar. Embora reconheçamos que o caráter recente dessas mobilizações representa um desafio para interpretações feitas sem o devido distanciamento temporal, cabe questionar por que, passadas mais de cinco décadas do golpe civil-militar que jogou o Brasil em uma ditadura por 21 anos, cidadãos no pleno exercício dos seus direitos clamaram pelo retorno do regime de exceção. O que poderia justificar tal pedido?

Partindo dessas interrogações, fomos buscar elementos para interpretar esse fenômeno e identificamos um grupo que poderia nos ajudar a encontrar essas respostas: os professores da educação básica, mais especificamente os do ensino médio, nível educacional no qual está inserido o estudo da história contemporânea do país. Observando ainda que o sistema brasileiro de ensino comporta uma rede pública e outra privada, consideramos que nossa amostragem deve abranger profissionais oriundos de estabelecimentos de ambas as modalidades. Nesse sentido, também propomos realizar entrevistas com docentes da capital e do interior do estado, tendo em vista que a repressão e o controle do Estado sobre os professores tiveram impactos diferentes, conforme o ambiente político e social de cada município. Nas zonas de fronteira, tidas como de “áreas de segurança nacional” ou em regiões onde há grandes contingentes de militares, como Santa Maria por exemplo, certamente havia formas distintas de controlar e regular o apoio ao regime.

Nosso intuito é investigar de que modo duas gerações de professores de História abordaram no passado e abordam no presente a ditadura civil-militar. O recorte temporal adotado para delimitar a amostra – docentes aposentados que atuaram em sala de aula entre os anos 1979-1985 e professores ainda na ativa – tenta estabelecer um polo para comparação, tendo em vista que o ensino sobre a ditadura mudou ao longo do tempo. Assim, propomos um estudo da memória coletiva

¹ Adoto a posição de Aarão Reis Filho (2014) e Rodeghero (2014), para os quais a redemocratização no Brasil teve início em 1979, com a revogação dos Atos Institucionais e o início do processo de transição democrática e se encerrou em 1985, com a chegada ao poder de José Sarney. Tal período, segundo alguns historiadores, engloba dois momentos: distensão (abertura política) e transição democrática.



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

CONSÓRCIO DOUTORAL

ISSN 1983-6783

de duas gerações de docentes referente à ditadura civil-militar brasileira e seu ensino nas escolas em que atuaram e/ou ainda atuam. Nossa intenção é focalizar a pesquisa em momentos distintos: na redemocratização e na atualidade. Ao fazer esse recorte, buscamos estabelecer um comparativo entre a época em que os brasileiros voltavam a viver sob um regime democrático, e os dias de hoje, em que a consolidação da democracia convive com o crescimento de movimentos conservadores.

Nesse cenário, em que a memória sobre a ditadura civil-militar parece estar em questão, estamos propondo a realização de uma pesquisa ouvindo os professores de História do ensino básico que estavam em sala de aula no período da redemocratização do Brasil, justamente porque durante sua formação escolar eles foram um dos alvos de vigilância da proposta educacional que se instalou após a implantação do regime de exceção. Um dos exemplos do controle exercido sobre esses docentes está na própria formação universitária que muitos deles tiveram: as licenciaturas curtas².

Primeiramente, examinaremos a redemocratização, tendo como ponto de partida as reflexões de autores como: Aarão Reis Filho (2014a, 2014b), Padrós (2009), Rodeghero (2014), Safatle (2010) e Teles (2007), discutindo os diferentes aspectos do final da ditadura e do processo de retorno à democracia no Brasil. A seguir, faremos uma avaliação dos livros de História do ensino básico adotados em escolas públicas e privadas no período mencionado e na atualidade, buscando identificar os pontos em comum e as eventuais discrepâncias dos conteúdos sobre o período ditatorial no Brasil. Na sequência, nos dedicaremos a investigar as vivências pessoais e profissionais das duas gerações de docentes mencionadas, por meio de entrevistas de história oral, buscando aquilo que o sociólogo austríaco Michael Pollak definiu como marcos ou pontos relativamente invariantes, "elementos irredutíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças" (Pollak, 1992, p. 2).

A geração que lecionava durante a redemocratização inclui, provavelmente, indivíduos cuja infância e adolescência foram vividos em um ambiente impregnado de experiências pessoais e familiares quanto ao regime militar e aos acontecimentos que o marcaram. Já a geração dos que hoje estão em sala de aula, é formada em sua maioria por pessoas que tomaram contato com o que ocorreu na época da ditadura somente por meio de relatos publicados em livros, revistas, jornais ou em outros meios de comunicação. Note-se que, em ambos os casos, estaremos lidando com memórias individuais e também com memórias que não se referem apenas às suas vidas físicas, mas a memórias herdadas.

Entendendo, a partir do que propõe Pollak (idem), que a memória é um fenômeno construído e que as preocupações pessoais e políticas do momento constituem um elemento de sua estruturação – o que também é verdade em relação à memória coletiva – consideraremos os problemas de luta política presentes no trabalho de enquadramento da memória do período ditatorial. Além disso, adotaremos o argumento do mesmo autor, para quem

"se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que *a memória e a identidade são valores disputados* [grifo do autor] em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos" (Pollak, 1992, p. 5).

Também levaremos em conta as contribuições de Maurice Halbwachs (2003), segundo o qual a memória deve ser entendida, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, isto é, como um fenômeno construído coletivamente submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes. Logo, a memória sempre tem um fundo social, coletivo. Ninguém pode lembrar-se realmente de algo fora do âmbito da sociedade, pois a evocação de recordações é sempre feita recorrendo aos outros, seja a família ou demais grupos.

No caso do estudo que estamos propondo, a hipótese inicial é que existe um litígio quanto ao enquadramento da memória política do país, disputada por várias organizações em um processo

² As licenciaturas curtas foram uma invenção dos governos militares, engendrada por meio da lei 5.692/71, para atender a um projeto educacional que exigia uma formação de professores rápida e generalista. Sua implantação deveria se dar prioritariamente nas regiões onde houvesse carência de docentes, mas os cursos proliferaram por todo o país. Foram extintas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, e transformadas em Licenciaturas Plenas.



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

CONSÓRCIO DOUTORAL

ISSN 1983-6783

que Pollak (1989, 1992) definiu como trabalho de enquadramento de memória. Esse processo, segundo ele, pode ser analisado em termos de um investimento feito por historiadores ligados a um partido político, a um movimento sindical ou social, cuja tarefa é enquadrar a memória. Tal investimento também pode ser empreendido por um regime ditatorial, tendo em vista a manutenção de sua aceitabilidade por parte da população. Também supomos que os militares que deixaram o poder, como também aqueles que os apoiaram e que continuam no poder, trataram de rearranjar a memória sobre aquele período, buscando amenizar seu caráter repressivo e autoritário. Supomos ainda que a disputa em torno da memória da ditadura civil-militar pode ter se intensificado, provocando a necessidade de uma reorganização, um reenquadramento das lembranças individuais e coletivas a respeito do regime de exceção.

Pelo que foi possível observar nas manifestações de rua do primeiro semestre de 2015, uma versão que abrande e encobre os abusos contra a cidadania parece estar vencendo o jogo e, conseqüentemente, conquistando espaço e se consolidando na memória coletiva de parte da sociedade brasileira. Se esta é uma leitura possível do que ocorre, o estudo da memória dos professores de História do ensino médio poderia nos apresentar um importante indicador. Além disso, a perspectiva atual da sociedade brasileira, caracterizada pela instabilidade política e econômica e por manifestações de rua nas quais alguns grupos chegaram a pedir o retorno dos militares ao poder, requer o reconhecimento, com Gondar e Dodebei (2005), de que a memória se insere em um campo de lutas e relações de poder, “configurando um contínuo embate entre lembrança e esquecimento” (GONDAR e DODEBEI, 2005, p. 7).

2. Marco Teórico

Iniciando nossa análise pela contribuição de Maurice Halbwachs (2003) e seu conceito de memória coletiva, passaremos ao estudo das proposições de Michael Pollak (1989,1992), Elizabeth Jelin (2001, 2005) e Paul Ricoeur (2007), para depois partirmos para a compreensão dos trabalhos de Márcio Seligmann-Silva (2003) e suas interpretações sobre as memórias traumáticas. Também buscaremos a contribuição de Andreas Huyssen (2000) e sua visão sobre a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais.

Pierre Nora nos ensina que tudo opõe memória e história: "A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado" (Nora, 1993, p. 9). No mesmo sentido, ao comparar memória coletiva e memória histórica, Halbwachs sustenta que "a história parece um cemitério em que o espaço é medido e onde a cada instante e preciso encontrar lugar para novas sepulturas" (Halbwachs, 2003, p. 74).

Ao escolhermos tentar interpretar um fenômeno do presente buscando suas origens no contexto histórico de determinada época, nos livros didáticos e na memória de duas gerações de professores, aliamos um esforço de levantamento e análise documental que necessitará de metodologias próprias a esse tipo de trabalho, isto é, uma pesquisa das memórias individuais por meio da história oral. No caso das entrevistas com professores pertencentes a duas gerações distintas, que não eram adultos por ocasião do golpe civil-militar de 1964, teremos em mente a afirmação de Halbwachs, segundo o qual "para confirmar ou recordar uma lembrança não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível" (Halbwachs, 2003, p. 31).

Rouso (2005) traz uma reflexão importante para fundamentar nossa pesquisa ao analisar o lugar da história oral ou das fontes orais em uma história da memória. Para ele, um indivíduo, quer fale espontaneamente de seu passado, quer seja interrogado por um historiador, “não falará senão do presente, com as palavras de hoje, com sua sensibilidade do momento, tendo em mente tudo quanto possa saber sobre esse passado que ele pretende recuperar com sinceridade e veracidade” (Rouso, 2005, p. 98).

Por outro lado, Lourenço (2010) ressalta os perigos representados pelo caráter mutável da memória, que leva esta a se construir e reconstruir em cada momento da vida. Conforme a autora, “mesmo assim, é possível pensar que os relatos trazem algo sobre o período analisado. A chave



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

CONSÓRCIO DOUTORAL

ISSN 1983-6783

para a interpretação reside em tomar cada depoimento em sua totalidade, buscando não só o que foi dito e desdito, como também o que *não* foi dito” (Lourenço, 2010, p. 102).

Que distância separa a história da ditadura civil-militar brasileira documentada nos mais diversos suportes – por exemplo, arquivos públicos ou privados, bibliotecas, arquivos de jornais ou revistas, repositórios digitais, documentários e filmes de ficção – da memória coletiva daquele período? Que discrepâncias poderá haver entre a história do período de exceção apresentada nos livros didáticos e a memória dos docentes que a ensinaram?

Aqui cabe ressaltar, a partir da reflexão de Jelin (2005), que, mesmo sem ter sido vítima direta dos abusos cometidos naquele período, assumimos o tema da ditadura como eixo para uma atuação cidadã, independentemente de nossas vivências pessoais.

Acreditamos que esclarecer tais questões poderá auxiliar na compreensão do trabalho de enquadramento da memória quanto aos 21 anos em que a sociedade brasileira viveu sob o regime militar. Até porque, como acentua Pollak, "tal análise pode ser feita em organizações políticas, sindicais, na igreja, enfim, em tudo aquilo que leva os grupos a solidificarem o social" (Pollak, 1993, p. 7). Sendo as escolas organizações que contribuem no processo de solidificação social de forma decisiva, pensamos que será pelo estudo das memórias individuais de seus professores que poderemos acessar parte da memória coletiva a respeito da ditadura. Contudo, vale lembrar a advertência do mesmo autor, para quem, "o trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; [...] esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro" (Pollak, 1989, p. 10).

Por fim, teremos como norte em nossa pesquisa a afirmação de Pollak sobre os limites do trabalho de enquadramento de uma memória de grupo, que não pode ser construída arbitrariamente na medida em que necessita satisfazer a certas exigências de justificação.

3. Metodologia

Nosso projeto de trabalho elege como metodologia a história oral, prática antiga e intimamente ligada aos contos populares e ao universo da comunicação humana. Conforme apontam Matos e Senna (2011), "a História surgiu contada, até constituir-se na escrita do depoimento realizado, das impressões registradas, da legislação disciplinada em sólidas escritas que a legitimam. Tudo isso numa nítida vontade de perpetuar, de maneira mais segura e perene, nosso passado" (Matos & Senna, 2011, p. 97).

Essas mesmas autoras, entretanto, levantam alguns aspectos críticos que envolvem a utilização da fonte oral. O primeiro deles diz respeito à confiabilidade da fonte, pois muitos podem considerar que os depoimentos orais são fontes subjetivas, relativas à memória individual, às vezes falível ou fantasiosa. Nesse sentido, Matos e Senna (idem) mencionam o trabalho de Paul Thompson, em cuja obra intitulada *A voz do passado*, o autor defendeu o uso da metodologia da história oral, ao sustentar que "a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história [...] transformando os 'objetos' de estudo em 'sujeitos'" (THOMPSON, 1992, p. 137 *apud* MATOS & SENNA, 2011, p. 102).

No entanto, o caráter particular ao extremo da entrevista de história oral, como ressalta Alberti (2012), não impede que tomemos esses depoimentos como documentos de uma realidade social. Assim, as entrevistas com os professores de História serão tomadas como registros da realidade do pós-ditadura no Brasil.

Para fugir às eventuais falhas nas memórias individuais de nossos "sujeitos" no estudo em proposição, buscaremos não só comparar seus depoimentos sobre vivências docentes em dois períodos históricos distintos – e com duas gerações de mestres – como também fazer um exame dos livros didáticos adotados nas escolas durante a redemocratização e nos dias atuais. Na tentativa de constituir maior precisão de registro aos relatos orais, as entrevistas serão gravadas em vídeo e integralmente transcritas. Conforme Alberti (2012), "as entrevistas de história oral fazem parte das fontes do historiador, mas com a condição de que ele reflita sobre a construção de suas fontes. A



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

CONSÓRCIO DOUTORAL

ISSN 1983-6783

questão central, aqui, é a do contexto de produção dos dados em história” (ALBERTI, 2012, p. 162). Desse modo, trabalharemos com a intenção de reforçar o caráter das entrevistas de história oral que produziremos com os professores de História, relacionando-as ao conceito de “narrativa” da teoria literária. Narrativa aqui não deve ser confundida com a narrativa ficcional, uma vez que estamos lançando mão de um aparato documental constituído inicialmente pela análise prévia dos livros didáticos do período e do registro em vídeo dessas entrevistas. Desde já, esclarecemos que outros aparatos podem vir a enriquecer tal documentação como, por exemplo, notícias de jornais envolvendo o ensino da História no período da ditadura civil-militar brasileira, documentários que abordem essa época, peças teatrais, etc.

Quanto ao formato das entrevistas, os pesquisadores da área em geral trabalham com entrevistas dirigidas, não dirigidas ou semidirigidas. Matos e Senna (idem) ponderam que, enquanto a entrevista dirigida prende a testemunha num questionário preestabelecido, a não dirigida pode fazer com que a testemunha se afaste do tema. Para as autoras, a forma mais indicada é a semidirigida, por ser um meio termo entre a fala única da testemunha e o interrogatório direto. Quanto à avaliação das respostas, sugerem a verificação da validade das mesmas comparando-as com as de outros entrevistados; observando as dúvidas, incertezas e hesitações demonstradas pelos entrevistados. Acreditamos que o uso sequencial desses três procedimentos comparativos poderá nos garantir maior credibilidade no momento da análise dos depoimentos coletados.

4. Referências

AARÃO REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a.

_____. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: AARÃO REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b, p. 11-29.

ALBERTI, Verena. De “versão” a “narrativa” no Manual de história oral. **História oral**, v. 15, n.º 2, jul-dez. 2012, p. 159-166.

FERREIRA, Elenice Silva. Memória e silenciamentos: relações de poder em uma escola pública durante o período de ditadura civil-militar no Brasil através das memórias de professores. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n.º 54, jun, 2012, p. 1-12.

GONDAR, Jô. “Quatro proposições sobre memória social”. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. **O que é memória social?** Rio de Janeiro: ContraCapa Livraria / PPG em Memória Social da Unirio, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003, 224 p.

HUYSEN, Andreas. “Passados presentes: mídia, política, amnésia”. In: HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 9-40.

JELIN, Elizabeth. “De que hablamos cuando hablamos de memorias?”. In: JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**, España: Siglo XXI Editores, 2001a, p. 17-37

_____. “Historia y memoria social”. In: JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**, España: Siglo XXI Editores, 2001b, p. 63-78.



XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

CONSÓRCIO DOUTORAL

ISSN 1983-6783

_____. “Exclusión, memorias y luchas políticas”. In: MATO, Daniel. **Cultura, política y sociedad - Perspectivas latinoamericanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005. p. 219-239. Texto completo: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/mato/Jelin.rtf>

LOURENÇO, Elaine. O ensino de História encontra seu passado: memórias da atuação docente durante a ditadura civil-militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n.º 60, 2010, p. 97-120.

MATOS, Júlia Silveira & SENNA, Adriana Kivanski de. História oral como fonte: problemas e métodos. **Historiae**, Rio Grande, 2 (1), 2011, p. 95-108.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.º 10, dez 1993, p. 7-28.

PADRÓS, Enrique Serra; GASPAROTTO, Alessandra. Gente de menos: Nos caminhos e descaminhos da abertura no Brasil (1974-1985). In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia; FERNANDES, Ananda; LOPEZ, Vanessa Albertinence. (Org.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul: História e Memória**. Porto Alegre: CORAG, vol. 4, 2009.

_____. Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. In: GALLO, Carlos Arthur e RUPERT, Silvania (orgs.). **Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil**. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014, p. 13-36.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º 3, 1989, p. 3-15.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n.º 10, 1992, p. 200-212.

RICOUEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

RODEGHERO, Carla Simone. A anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In: AARÃO REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 172-185.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e Amado, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 6.ª edição, 2005, p. 93-101.

SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In: TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 237-252.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. “Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas”. **Psicologia Clínica**. Rio de Janeiro, vol.20, nº 1, 2003, p. 65-82.

TELES, Edson Luís de Almeida. **Brasil e África do Sul: os paradoxos da democracia. Memória Política em democracias com herança autoritária**. 2007. 152p. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo.